

ANDREIA MARQUES FARIA

**Efeitos da Estrutura Familiar, Parentalidade e Coparentalidade no
Ajustamento Psicológico em Crianças em Idade Pré-escolar**

Orientador científico: Prof. Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

**Universidade Lusófona do Porto
Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto**

Porto
2015

Universidade Lusófona do Porto

Psicologia Clínica e da Saúde

Andreia Marques Faria

**Efeitos da Estrutura Familiar, Parentalidade e Coparentalidade no
Ajustamento Psicológico em Crianças em Idade Pré-escolar**

Orientador científico: Prof. Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

Presidente: Prof.^a Doutora Inês Martins Jongenelen

Arguente: Prof.^a Doutora Vânia Sousa Lima

Orientador: Prof. Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

Área Científica: Psicologia Clínica

Data de defesa: 29 de Abril de 2016

Agradecimentos

Queria agradecer a inúmeras pessoas que, durante estes meses, foram muito importantes para que esta investigação fosse possível. O espaço limitado desta secção não me permite agradecer, como devia, a todas essas pessoas. Desta forma, agradeço aos principais pilares “intervenientes” que me ajudaram a realizar mais uma estapa da minha formação académica:

Ao Professor Doutor Diogo Lamela, orientador da dissertação e exemplo profissional, agradeço a sua disponibilidade, apoio concedido e pela sua simpatia e compreensão. Obrigada pela confiança que depositou em mim, desde o início, pela sua paciência e pela oportunidade de trabalhar ao seu lado.

Aos meus pais, por acreditarem nas minhas capacidades, pelos ensinamentos e valores transmitidos, e pelo apoio incondicional. Muito obrigada!

Ao meu namorado, Tiago, um agradecimento especial pelo apoio, pelo cuidado, pela cumplicidade que vai além do oceano. Por me transmitir confiança e força, por me fazer acreditar que sou capaz e nunca me ter deixado desistir.

Índice

Resumo	6
Abstract	8
Introdução	10
Coparentalidade	12
Parentalidade	16
Efeito da parentalidade no ajustamento psicológico da criança	17
Efeito da coparentalidade no ajustamento psicológico da criança	18
Coparentalidade e parentalidade em famílias com pais divorciados	18
Ajustamento psicológico da criança com pais divorciados	19
Parentalidade e coparentalidade em PD e PC e ajustamento psicológico	19
Método	
Participantes	21
Instrumentos	22
Procedimentos	23
Procedimento estatístico	24
Resultados	
Análises preliminares	24
Diferenças nos SE e SI entre PD e PC	25
Diferenças na parentalidade e coparentalidade entre PD e PC	26
Covariância das variáveis coparentais nas diferenças entre SE e SI	27
Discussão	29
Limitações, implicações e investigação futura	31
Referências	33

Índice de Tabelas

Tabela 1. Componentes da Coparentalidade Segundo Feinberg (2003)	14
Tabela 2. Descrição da Amostra Total (N = 111) e Subamostras em função Estado Civil, n (%) para as Variáveis Catoriais e M (SD) para Variáveis Contínuas	21
Tabela 3. Correlações Bivariadas das Variáveis Dependentes	25
Tabela 4. Diferenças nos SI e SE em função do Estado Civil dos Pais	26

Tabela 5. Diferenças na Parentalidade e Coparentalidade em função do Estado Civil dos Pais	27
Tabela 6. M e SD dos PD e PC para os SE e SI, Ajustadas para as Variáveis Coparentais	27

Resumo

A presente dissertação foi orientada por dois enquadramentos teóricos: Psicopatologia do Desenvolvimento dos Sistemas Familiares e pelo Modelo Ecológico da Coparentalidade (Feinberg, 2003). **Objetivo:** (1) Testar diferenças entre PD (pais divorciados) e PC (pais casados) no relato de SI (sintomas de internalização) e SE (sintomas de externalização) nos filhos em idade pré-escolar. (2) Testar diferenças entre PD e PC ao nível da parentalidade inconsistente e parentalidade positiva e das componentes da coparentalidade. (3) Em caso de existir diferenças entre PD e PC ao nível dos SE e SI dos filhos, testar se estas diferenças se mantêm quando controladas as variáveis da parentalidade e da coparentalidade. **Método:** Um *design* transversal foi implementado para a recolha de dados. A amostra total foi composta por 51 PD e 60 PC, avaliados ao nível das dimensões da coparentalidade, parentalidade positiva, parentalidade inconsistente e ajustamento psicológico dos filhos. Os dados dos pais divorciados foram recolhidos numa plataforma *online*. Já na amostra de pais casados, os protocolos de avaliação foram preenchidos em casa pelos participantes e, posteriormente, entregues em envelope selado aos educadores da instituição de ensino onde foram recolhidos os dados. **Resultados:** No objetivo 1 para as subescalas que avaliam os SI foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre PD e PC na subescala emocional, em que os PD relataram mais sintomas de problemas emocionais nos filhos do que os PC. Para as subescalas que compõem a dimensão dos SE, foi verificada uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos de pais na subescala de hiperatividade, em que os PD indicaram mais sintomas de hiperatividade do que os PC. No objetivo 2, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os pais divorciados e os pais casados ao nível das dimensões da coparentalidade (acordo/suporte coparental, sabotagem coparental, divisão de tarefas e exposição ao conflito). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na parentalidade inconsistente e parentalidade positiva, em função do estado civil dos pais. No objetivo 3, considerando as diferenças estatisticamente significativas entre PD e PC ao nível das variáveis coparentais (Objetivo 1), houve um efeito do estado civil (divorciado vs. casado) nos níveis de sintomas de problemas emocionais nas crianças em idade pré-escolar. Para a subescala de hiperatividade, não houve um efeito do estado civil (divorciado vs. casado) nos níveis de sintomas de hiperatividade nas crianças em

idade pré-escolar. **Discussão:** Os resultados apresentados na presente dissertação parecem sugerir que algumas dimensões da coparentalidade parecem estar associadas à emergência de externalização e internalização em idade pré-escolar e, os dados parecem apontar para que não é a estrutura familiar que melhor está associada ao ajustamento da criança, mas sim processos familiares como a coparentalidade que são comuns a todas as estruturas familiares.

Palavras-Chave

Parentalidade; coparentalidade; internalização; externalização; idade pré-escolar.

Abstract

The present dissertation was guided by two theoretical frameworks: Developments Psychopathology of Family Systems and by the Ecological Model of coparenting (Feinberg, 2003). **Objectives:** (1) Test differences between PD (divorced parents) and PC (married parents) in the reporting of SI (internalizing symptoms) and SE (externalizing symptoms) in children of preschool age. (2) Testing differences between PD and PC at the level of inconsistent parenting and positive parenting and coparenting components. (3) In case there is difference between PD and PC at the level of SE and SI children, to test whether these differences remain after controlling for the variables of parenting and coparenting. **Method:** A cross-sectional design was implemented for collecting data. The total sample consisted of 51 PD and 60 PC, evaluated in terms of the dimensions of co-parenting, positive parenting, inconsistent parenting and psychological adjustment of their children. The data were collected in a divorce *online* website. In the sample of married parents, the evaluation protocols were completed at home by the participants and subsequently delivered in sealed envelopes from the university where the data were collected. **Results:** At first goal for the subscales that assess SI statistically significant differences between PD and PC were found in the emotional subscale, where the PD reported more symptoms of emotional problems in children than PC. For the subscales that make up the dimension of SE, there was a statistically significant difference between the two groups of parents in the hyperactivity subscale, where PD showed more symptoms of hyperactivity than PC. In the second objective were found, statistically significant differences between divorced parents and married parents in terms of the dimensions of coparenting (agreement / coparenting support, coparenting sabotage, labor division and exposure to conflict). No statistically significant differences were found in inconsistent parenting and positive parenting, depending on the parents' marital status. 3 in order, considering the significant differences between PD and PC at the level of coparenting variables (Objective 1), there was an effect of marital status (married vs. divorced) levels of symptoms of emotional problems in children of preschool age. For the hyperactivity subscale, there was no effect of marital status (married vs. divorced) levels of hyperactivity symptoms in children of preschool age. **Discussion:** The results presented in this dissertation seem to suggest that some dimensions of coparenting may be associated with emergence of externalizing and internalizing

preschool age, and the data seem to indicate that it is not the family structure that is associated with better child adjustment, but yes family as coparenting processes that are common to all family structures.

Keywords

Parenting; coparenting; internalization; externalization; early childhood

Introdução

A investigação sugere que crianças em idade pré-escolar podem apresentar elevadas variações de comportamento e dificuldades emocionais (Campbell, 1991; Gimpel, & Holland, 2003; Campbell, 2008). Com base no sistema de diagnóstico dimensional da psicopatologia das crianças e dos adolescentes (Achenbach, 1991), os sintomas de desajustamento psicológico podem estar divididos em dois grupos: os problemas de internalização e problemas de externalização. Os problemas de internalização englobam todo o tipo de problemas que o indivíduo tem consigo mesmo, como falta de assertividade, baixos níveis de atividade, preferência por ficar sozinho a manter contacto com outras crianças (Gresham & Kern, 2004). No eixo externalizante, por seu lado, aparecem os comportamentos inadequados ao ambiente social (Gresham & Kern, 2004) e considerados agressivos (Bolsoni-Silva & Del Prette, 2003), tais como, comportamentos de oposição e de impulsividade. Os resultados empíricos parecem demonstrar que a emergência de sintomas de internalização e externalização na idade pré-escolar são um preditor de problemas de desadaptação ao longo do ciclo de vida, assim como são um factor de risco para a sua severidade (Dessen, & Braz, 2005; Jones, Shaffer, Forehand, Brody, & Armistead, 2003; Graber, 2004).

Fatores stressores externos à criança podem contribuir para o desenvolvimento das perturbações emocionais e comportamentais na idade pré-escolar, sendo que, nas ultimas décadas, a investigação tem concluído que as características e a estrutura familiar pode funcionar como um fator de risco para o desajustamento da criança. De entre vários fenómenos que podem provocar dificuldades no funcionamento e estrutura familiares, o divórcio parental é um dos que tem tido especial atenção (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2013). O divórcio é o ato legal que oficializa o término definitivo do vínculo de casamento, que pode ser visto através de inúmeras vertentes, sendo que o número de crianças com pais divorciados tem vindo sistematicamente a aumentar na Europa e, mais concretamente, em Portugal (Lamela et al., 2013). Estudos feitos nos EUA e na Europa concluíram que 30 a 50% das crianças vivem em famílias com pais divorciados (Eymann, Busaniche, Llera, De Cunto & Wahren, 2009).

Por este motivo, o divórcio é considerado como uma das vivências potencialmente mais stressantes, trazendo elevados desafios desenvolvimentais na

vida das crianças e adultos, uma vez que a investigação tem sugerido que, em comparação com os adultos casados, os adultos divorciados revelam maior sintomatologia depressiva e maior probabilidade de serem portadores de problemas a nível físico (Hetherington & Kelly, 2002). Contudo, há ainda quem defenda que, à semelhança do que acontece em outros momentos de vida, o divórcio pode também elevar os índices de ajustamento psicológico e desenvolver formas mais complexas e integradas de pensar e sentir o mundo (Hetherington & Kelly, 2002; Lamela, 2009; Lamela, Figueiredo, Bastos, & Martins, 2013; Luhmann, Hofmann, Eid, & Lucas, 2012).

Assim, tentando perceber o impacto do divórcio nas crianças, os autores Stewart, Copeland, Chester, Malley e Barenbaum (1997) defendem que a separação parental pode ser vista como uma forma de minimizar conflitos parentais para evitar efeitos nocivos sobre as crianças, havendo vários estudos que pretendem esclarecer as consequências do divórcio sobre as crianças. No entanto, e apesar de se considerar o divórcio como sendo um dos principais focos de stress e de fragilidade na criança, é defendido que esta deve manter o contacto com ambos os progenitores. Contudo, é igualmente importante salientar que os atos conflituosos entre os pais, comumente decorrentes do processo de divórcio, podem ser prejudiciais ao desenvolvimento da criança, quando não é salvaguardado o bem-estar do menor, ou seja quando a criança é exposta a esses conflitos (Emery, 1999).

Porém, Floerden e Neale (2003) defendem que os efeitos negativos dessa exposição são na maioria das vezes transitórios e dependem de inúmeros fatores e circunstâncias, tais como a qualidade de resiliência e os recursos da família no pós-divórcio (Vaughan-Cole et al., 1999), pois o impacto causado não é o mesmo em todas as crianças. Estes factores têm um impacto indireto no ajustamento da criança e dependem do bem-estar de cada um dos pais e do comportamento parental (Vaughan-Cole et al., 1999). A investigação tem sugerido que, dado que as crianças mais pequenas terem mais dificuldades de expressão de sentimentos e ainda estarem na aprendizagem de competências de regulação emocional, estas poderão estar em maior risco de desajustamento psicológico ao divórcio dos pais, uma vez que são mais susceptíveis a uma maior instabilidade emocional que, por sua vez, poderá provocar variações de comportamento, acarretando assim inúmeros riscos para a saúde física e psicológica, nomeadamente desencadeando comportamentos de internalização e externalização (Reiter, Hjörleifsson, Breidablik, Meland, 2013; Sandler, Wheeler, &

Braver, 2013)

De forma a identificar as razões pelas quais o divórcio pode implicar efeitos negativos nas crianças, Amato e Keith (2001), no seu estudo meta-analítico, compararam crianças de famílias intactas com crianças de pais separados num conjunto de indicadores de ajustamento psicológico e desenvolvimental. Os resultados obtidos identificaram cinco fatores de risco como resposta a adaptação ao divórcio: I) fatores intrínsecos a cada criança, por exemplo a idade e temperamento; II) diminuição da segurança financeira após o divórcio; III) fatores psicopatológicos dos progenitores; IV) conflitos na coparentalidade; e V) intensidade e frequência de conflitos interparentais antes e durante o período de dissolução conjugal.

No entanto, o efeito *per se* do divórcio no ajustamento psicológico dos filhos não é consensual na literatura, na medida em que dados de alguns estudos empíricos e teóricos sustentam que o estado civil é um marcador de risco, enquanto a coparentalidade e parentalidade são fatores de risco para o desajustamento (Hetherington & Kelly, 2002; Lamela et al., 2013). Por outras palavras, não é o ato de dissolução de casamento que por si aumenta a probabilidade de desajustamento psicológico nas crianças, mas sim disrupção nas práticas parentais e coparentais que podem, pelo menos, nos divórcios mais litigantes, podem ser mais prevalentes. Desta forma, os processos familiares da parentalidade e coparentalidade parecem funcionar como os principais factores de risco para o desajustamento psicológico das crianças, independentemente da estrutura familiar em que a criança se desenvolve (Feinberg, 2003; Hetherington & Kelly, 2002).

Coparentalidade

Apesar de ter surgido há pelo menos 30 anos, o termo coparentalidade ainda não se encontra claro na literatura, tendo sido utilizado, primeiramente, para estudos de relações de famílias divorciadas (McHale, 1995; Schoope et al., 2001), em que a relação coparental era conceptualizada como a única esfera relacional em comum entre os progenitores divorciados (McHale, 1995; Margolin et al., 2001; Schoope et al., 2001), vindo mais tarde a ser estudada pela equipa de Belsky (1995), e por McHale (1995) como conceito de famílias nucleares.

Nas concepções mais recentes, a coparentalidade é descrita como um conceito

em que ambos os pais assumem responsabilidade na educação da criança, ajudando-se mutuamente no desempenho das suas funções (Feinberg, 2003; Van Egeren & Hawkins, 2004) e dos seus papéis parentais (McHale, 1995). Para uma relação de coparentalidade cooperativa existir, é necessário que ambos os indivíduos estejam em mútuo acordo, tendo como principal objetivo o bem-estar da criança (Van Egeren & Hawkins 2004). Nesta perspetiva, a relação coparental existe desde que existam crianças na família, independentemente da sua estrutura familiar, podendo incluir-se díades divorciadas, separadas, casadas ou em união de facto.

Investigações realizadas neste âmbito concluem que a relação estabelecida entre os pais e a criança será um elemento crucial que determinará o desenvolvimento e estabilidade psicossocial da mesma (e.g., Hetherington & Kelly, 2002). Logo, se essa relação for centrada em conflitos, a investigação tem sugerido que esta relação conflituosa poderá traduzir-se em problemas emocionais e comportamentais na criança (Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001; McHale, Kuersten-Hogan & Rao, 2004). Assim, do ponto de vista conceptual, enquanto a parentalidade se centra na qualidade da relação individual que cada pai estabelece com a criança (Roskam & Meunier, 2009), a coparentalidade está focada na interação dos pais entre si na prestação de cuidados aos filhos (Teubert & Pinquart, 2010).

McHale (1997) apresentou a primeira tentativa de sistematização das componentes da coparentalidade, defendendo que esta é composta por quatro dimensões: i) integridade familiar que reflete os comportamentos dos adultos de promoção ativa de um sentimento de unidade familiar e coparental; ii) conflito que integra os comportamentos conflituosos abertos entre os pais; iii) depreciação que é composta pelos comportamentos cobertos de sabotagem da parentalidade do outro adulto da díade coparental, e iv) advertência, dimensão que engloba o envolvimento conjunto dos pais na imposição de limites e disciplina da criança (McHale, 1997).

Mais tarde, num dos modelos de maior ressonância na comunidade científica atual, Feinberg (2003) defende que ambos os pais têm os mesmos direitos e deveres sobre a criança e a partilha deles entre ambos é essencial para a qualidade de uma relação diádica entre eles e triádica entre os pais e a criança. Este modelo é descrito a partir de várias fontes (e.g., Belsky et al., 1996; Brody, Flor & Neubaum, 1998; Cowan & Cowan, 2000; Margolin et al., 2001; McHale, 1995), onde são defendidas quatro componentes essenciais no subsistema coparental: I) acordo coparental na educação dos filhos; II) divisão do trabalho relacionado com a criança; III) suporte

mútuo ou sabotagem no desempenho dos papéis coparentais; e IV) gestão conjunta dos papéis familiares (ver Feinberg, 2003). Na Tabela 1, estão descritas as características das componentes da coparentalidade do modelo ecológico da coparentalidade de Feinberg (2003).

Tabela 1.

Componentes da Coparentalidade segundo Feinberg (2003)

Acordo nas práticas coparental. Dimensão associada ao grau de entendimento entre a díade parental em assuntos relacionados com a criança, tais como os princípios morais, disciplina, formas de prestação de cuidados, decisões sobre a educação ou necessidades emocionais. Feinberg considera que esta dimensão é dual, em que o grau de desacordo nas práticas parentais está relacionado com os problemas de ajustamento das crianças.

Divisão do trabalho. Dimensão que corresponde à partilha na díade coparental das obrigações das rotinas diárias de cuidados à criança, bem como da divisão das responsabilidades dos assuntos financeiros, médicos e legais relacionados com a criança. Esta componente tem um expressivo impacto na satisfação com a relação coparental e com os níveis de *stress* parental, em que, quanto maior for a divisão de tarefas, menor o *stress* no desempenho das funções parentais e maior satisfação com a relação com o outro pai.

Suporte/sabotagem coparental. Esta dimensão consiste na qualidade e grau do suporte recíproco entre os membros da díade. Expressões de afeto positivo, reforço, apoio emocional e respeito perante a autoridade e contributos do outro membro do par coparental são manifestações do suporte esperado entre os pais. O polo negativo desta componente é manifestada por um padrão de hostilidade, crítica, culpa e afeto negativo perante o outro pai. A qualidade do suporte coparental está associada ao ajustamento da criança e dos progenitores e contribui para sentimentos de competência parental e trajetórias adaptativas dos filhos.

Gestão conjunta da família. Agrupa a gestão, pontuação e modelação das interações familiares, com especial foco nas interações entre os pais. Uma eficaz gestão familiar conjunta resulta num autocontrolo eficiente da díade sobre os seus comportamentos e padrões de comunicação. Os progenitores são responsáveis por estabelecer as

fronteiras familiares, impedindo a criação, por exemplo, de coligações intergeracionais. A qualidade do funcionamento estrutural da família está dependente desta componente da coparentalidade.

Nota. Retirado de Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo (2009), com autorização do primeiro autor.

Com o intuito de identificar quais os fatores que influenciam a coparentalidade, Feinberg (2003) desenvolveu o modelo ecológico da coparentalidade onde inclui fatores individuais, familiares e extra-familiares. No que se refere às influências individuais, estas centram-se nas características individuais dos pais (atitudes, equilíbrio emocional e mental), que prejudicam ou promovem a relação entre os pais e consequentemente a coparentalidade. O autor também argumenta que as características individuais da criança têm impacto nos pais, principalmente, na forma como ambos cooperam na sua educação. Por seu turno, as influências familiares identificam a relação interparental como um dos fatores determinantes em relação à coparentalidade, principalmente se esta relação de coparentalidade positiva for forte (Feinberg, 2003). Neste fator, dá-se ênfase às competências dos progenitores, nomeadamente de suporte e de respeito mútuo. A influência que se faz sentir é bidirecional, ou seja, a coparentalidade é influenciada pela relação interparental e esta também influencia a relação entre os progenitores (Feinberg, 2003). Por fim, em relação às influências extrafamiliares, entenda-se o suporte social, que é teorizado como um fator protetor que ajuda a lidar com as experiências de stress que vão surgindo no subsistema coparental (Feinberg, 2003).

Também Margolin, Gordis e John (2001) abordaram a questão da coparentalidade e, decorrente dos resultados empíricos da sua investigação, o seu modelo assenta em três fatores: conflito, cooperação e triangulação. Segundo os autores, o conflito centra-se na forma como ocorrem os desentendimentos em relação à criança e a frequência em que os mesmos ocorrem. A cooperação é fundamentada pela forma como os pais prestam os cuidados à criança, considerando este um elemento-chave para uma boa aliança parental. Por fim, a triangulação concentra-se nos níveis de conflitos interpretativos existentes entre as díades. Além disso, os autores sustentam a ideia que existem vários fatores que podem condicionar a coparentalidade, tais como o género quer das crianças, quer dos pais, bem como a idade dos filhos. Segundo estes autores, os pais deverão ser mais cooperantes e unidos

quanto mais novos forem os filhos.

Num outro estudo de Maccoby, Depner, e Mnookin (1990), foram identificadas três variações de coparentalidade: coparentalidade cooperativa, conflituosa e descomprometida. A coparentalidade cooperativa é composta por interações positivas, baixos níveis de conflito e é realizada uma comunicação regular entre ambos os progenitores para um desenvolvimento saudável dos filhos. Por sua vez, na coparentalidade conflituosa existe elevados níveis de conflito na comunicação e interação dos pais, o trabalho coparental é afetado pela competição elevada entre ambos. Por último a coparentalidade descomprometida é caracterizada por pais divorciados que apenas se comunicam com a criança em separado e a comunicação entre os pais apenas se cinge a temas relacionados com a educação dos filhos (Lamela et al., 2010; Maccoby et al., 1990).

Parentalidade

Do ponto de vista das teorias da coparentalidade, a parentalidade é diretamente influenciada pela qualidade da relação coparental (e.g., Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001). A parentalidade é definida como um conjunto de atividades que têm como finalidade certificar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança (Cruz & Ducharme, 2006)..

No entanto, alguns autores abordam o conceito de uma forma mais abrangente, alegando que este não se limita à promoção de um ambiente familiar harmonioso, mas também proporciona comportamentos de adaptação, desenvolvimento de uma boa relação afetiva com a criança e a garantia de um ambiente seguro e envolvente (Sanders, & Markie-Dadds, 2003). Neste sentido, quanto mais estruturado e ordenado for o ambiente, mais facilmente a criança aprende e se desenvolve.

Assim, numa perspectiva desenvolvimental, a parentalidade são todos os processos utilizados pelos pais com vista a influenciarem o desenvolvimento da criança (Cruz, 2005). Ou seja, a parentalidade é vista como um conjunto de ações realizadas pelos cuidadores, de forma a promoverem o desenvolvimento da criança (Cruz, 2005), sendo que este depende essencialmente do contexto familiar no qual ela cresce (Coutinho, 2004).

Efeitos da parentalidade no ajustamento psicológico da criança

Durante décadas, os efeitos da parentalidade têm sido alvo de investigação, dado o impacto que estes têm no processo de socialização da criança (Barber, Stolz, & Olsen, 2005; Kotchik & Forehand, 2002; Moccoby, 2000; Parke, 2004). As investigações demonstram que as práticas parentais atuam diretamente no desenvolvimento de comportamentos e características temperamentais da criança, sendo que os estilos parentais atuam de forma indireta, na medida em que são tidos como mediadores da relação entre as práticas parentais e o desenvolvimento da criança (Darling & Steinberg, 1993). Desta forma, a parentalidade refere-se a um conjunto de ações e meios existentes dentro e fora do seio familiar, com o objetivo de promover objetivamente o pleno desenvolvimento da criança (Cruz, 2005). Segundo Parke e Buriel (1998, citados por Cruz & Ducharme, 2006), o termo parentalidade pode ser definido através de um modelo tripartido, em que este sustenta que os pais influenciam os filhos de três formas: numa primeira fase, interagem como companheiros, orientadores e conselheiros definindo modelos de atração e com exigências, em segundo têm a responsabilidade de organizar o contexto familiar estável e por fim são os que promovem ou não experiências mais ou menos interessantes concretizadas no exterior.

A investigação ao longo das ultimas décadas tem sugerido uma forte ligação entre a parentalidade e estilos parentais e a emergência de SE e SI na idade pré-escolar, uma vez que a parentalidade positiva e a inconsistência parental têm sido das principais componentes da parentalidade a serem estudadas empiricamente (Villas Boas, Dessen, & Melchiori, 2010). A parentalidade positiva é definida como a aplicação de estratégias por parte dos pais para a promoção de comportamentos positivos nas crianças (e.g. transmitir afeto, atenção) e para a gestão de comportamentos desadequados das crianças (e.g. implementar regras) (Sanders, 2012). A inconsistência parental é definida pelas dificuldades que os pais apresentam na introdução, manutenção e na aplicação de regras e regulação da conduta e do comportamento da criança (Sturge-Apple, Davies, & Cummings, 2006).

Além disso, os estudos têm demonstrado que as relações parentais conflituosas não só traduzem os efeitos diretos no funcionamento psicológico da criança, na medida em que os pais têm menos predisposição para lidar com os filhos

(Lansford, 2009), mas também indiretos, por interferir na qualidade do comportamento parental. Daí que diferentes investigações tenham demonstrado que crianças de famílias intactas expostas a elevados conflitos apresentem problemas idênticos às crianças de pais divorciados (Amato & Keith, 1991).

Efeitos da coparentalidade no ajustamento psicológico da criança

Pelo exposto, entende-se portanto que a coparentalidade seja apontada como um fator determinante no desenvolvimento da criança, na medida em que uma relação parental baseada em conflitos desencadeia problemas comportamentais e emocionais nas crianças, quer em famílias com pais divorciados, quer em famílias com pais casados (Caldera & Lindsey, 2006; Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001; McHale et al., 2004). Portanto, a coparentalidade é um fator estabilizador e protetor no ajustamento da criança, no sentido que promove na criança a sensação de família segura e dessa forma ajuda a criança a autorregular o seu comportamento e emoções (Jia & Shoope-Sullivan, 2012).

Coparentalidade e parentalidade em famílias com pais divorciados

Apesar da investigação ter vindo a demonstrar a importância da qualidade da relação coparental (Hetherington & Kelly, 2002; Nunes-Costa, Lamela, & Figueiredo, 2009), a maioria dos pais divorciados apresentam elevados níveis de conflito e falta de compromisso na educação da criança, prejudicando assim a sua percepção em relação à aliança parental (Bchagan & Heiges, 2001).

Lamela, Figueiredo e Bastos (2008) assinalam com relevo uma questão pertinente na análise da coparentalidade, objetivando, que nas relações coparentais tem que haver uma fase de desvinculação ao ex-cônjuge. A dissolução conjugal implica lidar com a perda, à semelhança do que acontece com a morte de um cônjuge. No divórcio, essa perda pode tornar-se desconcertante e prejudicial para a relação coparental, visto que a figura da relação é responsável pelo stress do adulto, uma vez que continua fisicamente presente.

Ajustamento psicológico da criança com pais divorciados

Sendo que o divórcio é visto como um evento potencialmente stressante, na medida em que implica inúmeras mudanças e diferentes ajustamentos na vida, quer dos pais quer das crianças, pode desencadear um mal-estar psicológico em ambos. Tal como refere Nunes-Costa e colaboradores (2009), o divórcio pode diminuir a saúde física e psicológica que juntamente com o conflito, desencadear uma inadequada adaptação, piores rendimentos académicos e simultaneamente comportamentos de risco. Tendo em conta os fatores de risco apontados por Amato e Keith (1991), e no que se refere aos fatores intrínsecos de cada criança, é essencial referir que os efeitos do divórcio são diferentes consoante o estágio de desenvolvimento da criança, e as crianças em idade pré-escolar apresentam maior risco desenvolvimental, uma vez que, comparadas com crianças de mais idade, estão menos preparadas para lidar com as consequências de forma realística.

Parentalidade e coparentalidade em PD e PC e ajustamento psicológico

Desta forma, os adultos divorciados, em comparação com os adultos casados, apresentam maior sintomatologia depressiva e ansiosa, mais problemas de saúde física e maior risco de mortalidade e suicídio (Breslau et al., 2011; Lorenz, Wickrama, Conger, & Elder, 2006; Sbarra et al., 2011; Waite, Luo, & Lewin, 2009; Zhang & Hayward, 2006). Isto foi constatado no estudo longitudinal de Wallerstein et al., (2000) efetuado com jovens adultos e pais que estavam em fase inicial de divórcio, em que os jovens, na sua adultez, tinham problemas de ansiedade, depressão, auto-estima e medo de se comprometerem. Por outro lado, também os pais apresentaram problemas de relacionamento e psicológicos severos, sugerindo que estes teriam tentado o suicídio e graves problemas de controlar a raiva.

Apesar de os divórcios com elevado conflito representarem apenas 8 a 15% de todos os casos existentes (Coates et al., 2003; Johnston, 1994), a vitimação infantil torna-se mais prevalente em crianças cujos pais apresentam o perfil de relacionamento interpessoal pós-divórcio. Estudos realizados nas ultimas décadas, constataam que o conflito interparental após o divórcio é um dos principais preditores dos resultados desajustados das crianças e da vitimação (Hetherington & Kelly, 2002; Nunes-Costa, Lamela, & Figueiredo, 2009). Desta forma, estudos empíricos têm demonstrado que

crianças expostas a elevado conflito pós-divórcio apresentam maior probabilidade de vitimação intra (e.g., vítima de abuso por parte de um dos pais, agressão entre irmãos, testemunhar conflito e violência interparental) e extrafamiliar (e.g., vítima de violência entre pares ou de violência comunitária) em comparação com crianças de famílias intactas e de crianças com pais divorciados que apresentam baixo ou moderado conflito.

Uma aliança coparental positiva e baixos níveis de conflito interparental promovem um maior envolvimento do progenitor não residente na vida dos filhos, sendo importante para o rendimento académico e bem-estar psicossocial das crianças que estão associadas a experiências de vitimação (Cookston, Braver, Griffin, De Luse, & Miles, 2007; McGene & King, 2012; Paulson, Dauber, & Leiferman, 2011).

O presente estudo

Sendo que a idade pré-escolar é considerado um período sensível de emergência dos sintomas de internalização e sintomas de externalização, e que pelo nosso conhecimento, não existem estudos com população portuguesa que testem diferenças entre PD e PC ao nível destas variáveis da criança, e que utilizem medidas de avaliação da coparentalidade teórica e psicometricamente validadas, o presente estudo comportou três objetivos.

Com o primeiro objectivo, pretendeu-se testar diferenças entre PD e PC no relato de SI e SE nos filhos em idade pré-escolar. Como segundo objetivo pretendeu-se testar diferenças entre PD e PC ao nível da parentalidade inconsistente e parentalidade positiva e das componentes da coparentalidade. Por fim, em caso de existir diferenças entre PD e PC ao nível dos SI e SE dos filhos, o terceiro objectivo testou se estas diferenças se mantinham quando controladas as variáveis da parentalidade e da coparentalidade.

Método

Participantes

O presente estudo foi conduzido com uma amostra de 111 pais de crianças em idade pré-escolar, sendo 60 casados (54%) e 51 divorciados (46%). A média de idade do total de amostra situou-se 36.1 anos ($SD = 4.99$, variação = 25 e 56 anos). Os principais dados sociodemográficos para o total da amostra e das subamostras de pais casados e pais divorciados estão sumariados na Tabela 2. Para amostra total, a idade média da criança pré-escolar foi de 4.26 anos ($SD = 1.21$, variação = 3-6 anos).

Tabela 2.

Descrição da Amostra Total ($N = 111$) e Subamostras em função Estado Civil, n (%) para as Variáveis Categrorais e M (SD) para Variáveis Contínuas

	Amostra Total		Pais Casados ($n = 60$)		Pais Divorciados ($n = 51$)	
	n	%	n	%	n	%
Género						
Feminino	57	51.9	29	48.3	28	54.9
Masculino	54	49.1	31	51.7	23	45.1
Estatuto profissional ^a						
Empregado	92	84.4	49	84.5	43	84.3
Desempregado	12	11.0	8	13.8	4	7.8
Outra	5	4.6	1	1.7	4	7.8
Grau de escolaridade						
Até 9º ano	23	20.7	18	30	5	9.8
Até ao 12º ano	17	15.3	11	18.3	6	11.8
Ensino superior	71	64.0	31	51.7	40	78.4
	M	SD	M	SD	M	SD
Anos de educação formal	15.36	4.49	13.96	4.66	16.96	3.75
Rendimento mensal familiar (€)	1424	718	1617	786	1250	607
Número de filhos	1.51	.72	1.54	.62	1.46	.83

Nota. ^a $N = 109$.

Instrumentos

Sintomas de externalização e internalização. Os SE e SI foram medidos através Strenghts and Difficulties Questionnaire-Parent Form (SDQ; R. Goodman, 1997). Foram administradas 4 subescalas do SDQ: (1) sintomas emocionais, (2) problemas de comportamento, (3) hiperatividade e (4) problemas de relacionamento com os colegas. As subescalas de problemas de comportamento e a subescala de hiperatividade são as subescalas que formam a dimensão de externalização, uma vez que a subescala de problemas emocionais e problemas de relacionamento com os pares compõem a dimensão de internalização (Goodman, 1997). Este refere-se aos acontecimentos dos últimos seis meses. Cada escala é composta por 5 itens que são respondidos utilizando uma escala de 3-pontos (desde ‘não é verdadeiro’ até ‘totalmente verdadeiro’). Pontuações mais elevadas reflectem mais problemas de externalização e/ou de internalização em cada uma das escalas. A validação portuguesa demonstrou adequados valores psicométricos. No presente estudo, a consistência interna das 4 subescalas variou entre .63 e .81.

Relação Coparental. A relação coparental foi avaliada pela *Coparenting Relationship Scale-Brief* (Feinberg, Brown, & Kan, 2012), na versão portuguesa de Lamela et al. (2014), que foi desenvolvida com o objectivo de medir as quatro componentes da coparentalidade do modelo ecológico de Feinberg (2003). A versão portuguesa da ERC-Brief é composta por 12 itens distribuídos em 4 subescalas: Acordo e Suporte Coparental (6 itens), Divisão de Tarefas (2 itens), Sabotagem Coparental (2 itens) e Exposição ao Conflito (2 itens). Os participantes classificaram o grau em que uma afirmação particular descreve a sua relação coparental com o pai/mãe do seu filho, através de uma escala tipo *Likert* de 7 pontos (desde ‘0 nada verdadeiro sobre nós’ até ‘6 muito verdadeiro sobre nós’). Na subescala *Exposição ao Conflito* os participantes também indicaram o número de vezes numa semana típica que a criança presencia trocas interpessoais positivas e negativas entre os pais (desde ‘1 Nunca’ até ‘7 Muitas vezes’). Pontuações mais elevadas representam maior níveis da dimensão da coparentalidade medida por cada subescala em particular. A consistência interna (α de Cronbach) das subescalas da ERC para a presente amostra variou entre .63 e .89.

Parentalidade positiva e inconsistente. A parentalidade positiva e a parentalidade inconsistente foram avaliadas através de duas subescalas da versão reduzida do Alabama Parenting Questionnaire: subescala da parentalidade positiva e subescala da parentalidade inconsistente (Elgar, Waschbusch, Dadds, & Sigvaldason, 2007). A subescala da parentalidade positiva mede as recompensas positivas face ao comportamento adequado da criança, assim como a frequência das interações positivas entre a figura parental e a criança ('colocar exemplo de item'). A subescala de parentalidade inconsistente avalia a incapacidade da figura parental gerir/extinguir os comportamentos indesejados da criança (colocar exemplo de item). Cada subescala é composta por 3 itens. É pedido aos participantes que classifiquem a frequência típica de vários comportamentos parentais e da criança numa escala de *Likert* de 5 pontos (desde 'nunca' até 'sempre'). A versão portuguesa demonstrou valores psicométricos satisfatórios (Lamela et al., 2014). A inconsistência interna das subescalas de parentalidade inconsistente e parentalidade positiva foi, no presente estudo de, .81 e .79, respectivamente.

Procedimentos

Para testar os objectivos do presente estudo, recolheu-se a duas amostras previamente recolhidas pela equipa de investigação (Lamela, 2013; Ribeiro, 2014). Os estudos publicados com as amostras utilizadas no presente estudo testaram diferentes objectivos de investigação, o que viabiliza a utilização dos dados nesta investigação.

Para a proceder à recolha dos dados com pais casados com pais de filhos em idade pré-escolar, foi contactada uma instituição de serviços de educação de infância no norte de Portugal. Antes da entrega dos protocolos de avaliação, os pais foram esclarecidos acerca da natureza voluntária da participação e do objetivo do estudo. Foram, também, assegurados o direito de confidencialidade e anonimato das respostas. Os protocolos foram entregues em envelope de forma a que os pais respondessem individualmente em casa e, posteriormente entregassem o envelope fechado à educadora de infância do filho. Um membro da equipa de investigação recolheu, diariamente, os protocolos de avaliação entregues pelos pais. Os dados foram recolhidos durante seis meses (Janeiro a Julho de 2014). Uma descrição detalhada sobre os procedimentos de recolha de dados encontra-se em Ribeiro (2014).

Para recolher os dados com pais divorciados com filhos em idade-pré-escolar, Lamela (2013) desenhou um estudo on-line. O protocolo de avaliação esteve disponível num portal de investigação da Universidade do Minho. Os participantes foram recrutados através de notícias em jornais de tiragem nacional, assim como através de divulgação electrónica (e.g., mensagem electrónica para as contas de email de instituições públicas após a aprovação da direcção dos organismos, anúncios em fóruns nacional e em sites dedicados a temas relacionados com as famílias. Os dados foram recolhidos entre Junho e Outubro 2010. Foram adoptados todos os procedimentos éticos e metodológicos propostos para a condução de recolha electrónica de dados (Kraut et al., 2004). Uma descrição detalhada dos procedimentos pode ser encontrada em Lamela (2013). Dos 314 protocolos validados, foram seleccionados para a presente investigação os pais com filhos em idade pré-escolar (3 aos 6 anos), perfazendo um total de 51.

Procedimento Estatístico

Para testar os objectivos 1 e 2 – diferenças nos SI, SE e dimensões parentais e coparentais, em função do estado civil dos pais – foram conduzidos testes T-student para amostras independentes. Para testar o objectivo 3, foi aplicada uma análise de co-variância (ANCOVA). Todos os pressupostos para a condução da ANCOVA estavam presentes (Field, 2009). Recorreu-se ao programa estatístico SPSS versão 20 para condução das análises descritivas e inferenciais descritas nesta investigação.

Resultados

Análises preliminares

Na tabela 3, encontra-se descrita a matriz de correlações entre as subescalas de problemas emocionais, problemas de relacionamento com os pares, hiperatividade, problemas de comportamento e dimensões da parentalidade e coparentalidade para a amostra total. Apenas os problemas emocionais estavam correlacionados positivamente com a hiperatividade e sabotagem coparental, e correlacionados negativamente com a parentalidade positiva e acordo/suporte parental.

Tabela 3.

Correlações Bivariadas das Variáveis Dependentes

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.
1.	–								
2.	.14	–							
3.	.28**	.25**	–						
4.	.18	.07	.42***	–					
5.	-.04	-.001	.11	.40***	–				
6.	-.32**	-.10	-.14	-.13	-.03	–			
7.	-.46***	-.04	-.22	-.13	-.19*	.02	–		
8.	.38***	.12	.16	.14	.14	-.13	-.60***	–	
9.	-.18	-.22*	-.25**	-.07	.07	.03	.29**	-.40***	–
10.	.15	.003	.07	-.12	.08	-.02	.37***	.37***	-.34***

Nota. 1. Problemas emocionais. 2. Problemas de relacionamento com os pares. 3. Hiperatividade. 4. Problemas de comportamento. 5. Inconsistência parental. 6. Parentalidade positiva. 7. Acordo/suporte coparental. 8. Sabotagem coparental. 9. Divisão de tarefas. 10. Exposição ao conflito. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Diferenças nos SI e SE entre pais divorciados e pais casados

Nas subescalas que avaliam os SI, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os pais divorciados e os pais casados na subescala emocional, em que os pais divorciados relataram mais sintomas de problemas emocionais nos filhos do que os pais casados. Não foram identificadas diferenças entre os dois grupos para a subescala de problemas de relacionamento com os pares. Para as subescalas que compõem a dimensão dos SE, foi verificada uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos de pais na subescala de hiperatividade, em que os pais divorciados indicaram mais sintomas de hiperatividade do que os pais casados. Não foram, no entanto, encontradas diferenças na subescala de problemas de comportamento, em função do estado civil dos pais (ver Tabela 4). Para o teste do objectivo 3, serão apenas consideradas as subescalas de problemas emocionais e hiperatividade, dado terem sido as subescalas onde foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Tabela 4.

Diferenças nos SI e SE em função do Estado Civil dos Pais

Subescalas SDQ	Estado civil (<i>N</i> = 111)				<i>t</i> (109)
	Pais casados (<i>n</i> = 60)		Pais divorciados (<i>n</i> = 51)		
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	
Problemas emocionais	2.08	1.31	3.80	1.53	-6.36***
Problemas de relacionamento com os pares	1.70	1.42	1.52	1.58	0.63
Hiperactividade	4.32	2.19	5.27	2.43	-2.18*
Problemas de comportamento	2.52	1.23	2.31	1.90	.68

* $p < .05$. *** $p < .001$.

Diferenças na parentalidade e coparentalidade entre pais divorciados e pais casados

Tal como pode ser verificado na Tabela 5, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os pais divorciados e os pais casados ao nível das dimensões da coparentalidade (acordo/suporte coparental, sabotagem coparental, divisão de tarefas e exposição ao conflito). Os testes *t* revelaram que os pais divorciados, quando comparados com os pais casados, apresentaram valores mais elevados de sabotagem coparental e exposição ao conflito e valores inferiores de acordo/suporte coparental e na divisão de tarefas. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na parentalidade inconsistente e parentalidade positiva, em função do estado civil dos pais.

Tabela 5.

Diferenças na Parentalidade e Coparentalidade em função do Estado Civil dos Pais

Variáveis	Estado civil (N= 111)				t(109)
	Pais casados (n= 60)		Pais divorciados (n= 51)		
	M	SD	M	SD	
Parentalidade inconsistente	7.35	2.13	7.06	2.50	.66
Parentalidade positiva	13.76	1.46	13.45	1.58	1.05
Acordo/suporte coparental	5.19	.92	2.84	1.46	10.30***
Sabotagem coparental	.71	1.01	2.88	1.91	-7.65***
Divisão de tarefas	3.78	1.81	2.69	1.70	3.23**
Exposição ao conflito	.43	.67	1.22	1.35	-3.97***

** $p < .01$. *** $p < .001$.

Covariância das variáveis coparentais nas diferenças entre SE e SI

Para terceiro objectivo, considerando as diferenças estatisticamente significativas entre PD e PC ao nível das variáveis coparentais (Tabela 5), procedeu-se a análise da covariância, na qual foram introduzidas como covariáveis o acordo/suporte coparental, sabotagem coparental, divisão de tarefas e exposição ao conflito, dado terem sido as variáveis que distinguiram os grupos. A sua inclusão como covariáveis teve como finalidade controlar o efeito da variabilidade imputável a estas variáveis no teste das diferenças entre PD e PC no relato dos SE e SI dos filhos em idade pré-escolar. As médias e desvios-padrão ajustados para variáveis coparentais (ANCOVA) dos dois grupos para a subescala de problemas emocionais e hiperatividade encontram-se descritos na Tabela 6.

Tabela 6.

M e SD dos PD e PC para os SE e SI, Ajustadas para as Variáveis Coparentais

Subescalas SDQ	Estado civil (N = 111)			
	Pais casados (n= 60)		Pais divorciados (n = 51)	
	M	SD	M	SD
Problemas emocionais	2.31	.23	3.54	.25
Hiperatividade	4.57	.37	4.97	.41

Para a subescala de problemas emocionais, houve um efeito do estado civil (casados vs. divorciados) nos níveis de sintomas de problemas emocionais nas crianças em idade pré-escolar, após o controlo do efeito das variáveis coparentais, $F(1, 105) = 9.55$, *n.s.* Nenhuma das variáveis coparentais, que foram incluídas no modelo como covariáveis, estavam significativamente associadas aos problemas emocionais: acordo/suporte coparental, $F(1,105) = 2.31$, *n.s.*, sabotagem coparental, $F(1,105) = .39$, *n.s.*, divisão de tarefas, $F(1,105) = .03$, *n.s.*, e exposição ao conflito, $F(1,105) = .88$, *n.s.*

Para a subescala de hiperatividade, não houve um efeito do estado civil (casados vs. divorciados) nos níveis de sintomas de hiperatividade nas crianças em idade pré-escolar, após o controlo das variáveis coparentais, $F(1, 105) = .39$, *n.s.* Das variáveis coparentais que foram incluídas no modelo como covariável, apenas a divisão de tarefas estava significativamente associada aos sintomas de hiperatividade, $F(1, 105) = 4.53$, $p < .05$. As restantes variáveis coparentais não estavam significativamente associadas aos sintomas de hiperatividade: acordo/suporte coparental, $F(1,105) = 1.06$, *n.s.*, sabotagem coparental, $F(1,105) = .06$, *n.s.*, e exposição ao conflito, $F(1,105) = .56$, *n.s.*

Discussão

Esta investigação teve como finalidade responder a três objetivos (1) avaliar se há diferenças entre PD e PC ao nível dos SE e SI; (2) avaliar se há diferenças entre PD e PC ao nível das variáveis coparentalidade e parentalidade; (3) em caso de existir diferenças entre PD e PC ao nível dos SE e SI dos filhos, o terceiro objectivo testou se estas diferenças se mantinham quando controladas as variáveis da parentalidade e da coparentalidade.

A partir dos resultados, foi possível identificar que existem diferenças significativas entre PD e PC ao nível dos problemas emocionais e hiperatividade (objectivo 1). Tal como advoga Amato (2000), no modelo stress-ajustamento-divórcio, o divórcio é visto como um acontecimento que gera elevado stress e identifica que o ajustamento psicológico após o divórcio é alcançado caso o adulto apresente pouca severidade e duração dos problemas de saúde mental e física, capacidade de reorganização do estilo de vida e crie papéis sociais que não sejam associados ao antigo casamento. Desta forma, o divórcio é considerado um fator de risco para desencadear problemas de saúde física e mental tanto para quem experiênciava, como para os filhos de pais divorciados (Amato, 2010; Lansford, 2009; Sbarra et al., 2011)

No objetivo 2, não foram encontradas diferenças entre PD e PC na parentalidade havendo sim, diferenças nas variáveis da coparentalidade. Segundo Feinberg (2003), a coparentalidade ocorre na partilha de deveres no cuidado de uma determinada criança. Este modelo tem como importância central a abordagem da coparentalidade como um processo familiar que influencia e é influenciado por fatores externos à própria relação coparental. Desta forma, a coparentalidade está centrada na interação do casal e na prestação de cuidado aos filhos (Teubert & Pinquart, 2010), enquanto a parentalidade na qualidade da relação coparental (Roskam & Meunier, 2009).

De acordo com o Modelo Ecológico de Feinberg (2003), as influências individuais remetem para características dos pais (atitudes, equilíbrio emocional e mental) que influenciam a coparentalidade e a relação entre os pais. Assim, a coparentalidade pressupõe uma relação diádica entre os pais e uma relação triádica entre os pais e a criança (Gordon & Fealdman, 2008; Van Egeren & Hawkins, 2004).

No objetivo 3, quando feito a ANCOVA para os problemas emocionais, continuam a serem encontradas diferenças entre PD e PC ao nível dos SE e SI dos

filhos. Estes resultados poderão parcialmente ser explicados pelo efeito mediador da relação coparental apresenta entre a qualidade da relação conjugal e o envolvimento materno na prestação de cuidados e o ajustamento psicológico da criança, tal como explicado por estudos prévios (Katz & Low, 2004; cit in Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2009).

Os resultados encontrados nesta dissertação sobre os SI parecem estar em linha com diversos estudos longitudinais como fatores de risco associados a resultados desenvolvimentais negativos (Klein, & Linhares, 2007). A nosso ver, o conhecimento das variáveis associadas aos SI e SE apresentados por crianças portuguesas no período pré-escolar constitui-se como uma importante implicação clínica da investigação, uma vez que podem auxiliar os profissionais que atuam junto desta população, de forma a exercerem a sua prática de modo mais efetivo, sendo pertinente prosseguir esta linha de investigação no futura na população portuguesa.

Limitações, implicações e investigação futura

O presente estudo apresenta algumas limitações que devem ser tidas em conta na interpretação dos resultados. Em primeiro, trata-se de um estudo de *design* transversal, que dada a avaliação ter ocorrido num só momento, não permitiu estudar a evolução desenvolvimental dos constructos e, dessa forma estabelecer relações de causa-efeito. Assim, sugere-se para investigações futuras o desenvolvimento de estudos com *design* longitudinal, de forma a compreender a especialização entre os diferentes domínios da coparentalidade podem contribuir para a especialização da emergência de SE e SI em outros períodos desenvolvimentais. Dada a limitação temporal para a recolha da amostra, sugere-se que futuramente, o presente *design* metodológico seja replicado com um maior número de participantes, para permitir uma maior heterogeneidade entre os participantes.

Os dados foram recolhidos através de medidas de autorrelato sem a inclusão de outros instrumentos de medidas que, através da triangulação dos dados, aumentaria a validade dos resultados obtidos. A avaliação dos sintomas do desajustamento nas crianças foi unicamente elaborado baseado do autorrelato dos pais. Sugere-se que em investigações futuras se utilize multi-informantes.

No entanto, o presente estudo é o primeiro conhecido em Portugal com uma amostra composta por pais divorciados e casados, em que a coparentalidade é medida através de um instrumento psicométrica e teoricamente validade. O estudo da coparentalidade nesta investigação está baseado no modelo conceptual, o que parece assumir-se como uma inovação teórica, principalmente quando comparado com os estudos previamente publicados com amostras de PD e PC, tal como aponta Lamela et al., (2013).

Apesar das limitações referidas, este estudo permite lançar algumas pistas de intervenção e prevenção. Este estudo poderá ter implicações na promoção de programas de intervenção que remeta para a importância do desempenho de uma parentalidade e coparentalidade positivas e respetivas competências as quais devem ser potenciadas. Seria importante implementar programas de promoção nas escolas, de forma a abranger a comunidade e prevenir o desenvolvimento de parentalidade e coparental disruptiva.

Em conclusão, pretende-se que esta investigação seja mais um contributo no avanço da compreensão das dinâmicas familiares, com pistas para novas

investigações e, posteriormente, contribuir para uma prática interventiva e/ou preventiva para pais e filhos.

Referências

- Achenbach, T. M. (1991). *Manual for the child behavior checklist/4–18 and 1991 child profile*. Burlington: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, 62, 1269-1287.
- Amato, P., & Keith, B. (2001). Parental divorce and the well being of children: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 127, 355-370.
- Barber, B., Stolz, H., & Olsen, J. (2005). Introduction parental support, psychological control and behavioral control: Assessing relevance across time, culture, and method. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 70, 1-13.
- Bhagan, C., & Heiges, K. (2001). When conflict continues after the marriage ends: effects of post divorce conflict on children. In Grych, H, Frincham, F. (Eds.), *Interparental conflict and child development* (pp. 337-362). New York: Cambridge University Press.
- Belsky, J., Crnic, K., & Gable, D. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. *Child Development*, 66, 629-642.
- Bolsoni-Silva, A., & Del Prette, A. (2003). Problemas de comportamento: Um panorama da área. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5, 91-103.
- Breslau, J., Miller, E., Jin, R., Sampson, N., Alonso, J., Andrade, L., & Kessler, R. C. (2011). A multinational study of mental disorders, marriage, and divorce. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 124, 474–486.
- Brody, H. G., Flor, L., & Neubaum, E. (1998). Coparenting processes and child competence among rural african-american families. In M. Lewis & C. Feiring (Eds.), *Families, Risk, and Competence* (pp. 227–244). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Campbell, S. (1991). Longitudinal studies of active and aggressive preschoolers: Individual differences in early behavior and in outcome. In D. Cicchetti & S.

- L. Toth, (Eds.), *Internalizing and externalizing expressions of dysfunction: Rochester symposium on development psychopathology* (Vol. 2, pp. 57-89). Broadway: Lawrence Erlbaum Associates.
- Campbell, S. (2008). Maladjustment in preschool children: A developmental psychopathology perspective. In K. McCartney & D. Phillips (Eds.), *Blackwell handbook of early childhood development* (pp. 358-377). Malden: Blackwell Publishing.
- Cookston, J., Braver, S., Griffin, W., De Luse, S., & Miles, J. (2007). Effects of the Dads for Life intervention on interparental conflict and coparenting in the two years after divorce. *Family Process*, 46(1), 123-137.
- Coutinho, M. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise Psicológica*, 22, 55-64.
- Cruz, O., & Ducharme, M. (2006). Intervenção na parentalidade – O caso específico da formação dos pais. *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, 11, 295-309.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cowan, C.P., & Cowan, P.A. (2000). *When partners become parents: The big life change for couples*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as contexto: An integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.
- Elgar, F., Waschbusch, D., Dadds, M., & Sigvaldason, N. (2007). Development and validation of a Short Form of the Alabama Parenting Questionnaire. *Journal of Child and Family Studies*, 16, 243-259.
- Emery, E. (1999). *Marriage, divorce, and children's adjustment*. Thousand Oaks: Sage.
- Eymann, A., Busaniche, J., Llera, J., De Cunto, C., & Wahren, C. (2009). Impacto f divorce on the quality of life in school-age children. *Jornal de Piadria*, 85, 547-552.
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological contexto of coparenting: a framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3, 95-131.
- Feinberg, M., Brown, L., & Kan, M. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, 12, 1-21.

- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando SPSS*. Porto Alegre: Artemed.
- Floerden, J., & Neale, B. (2003). Trying to stay apace: Children with multiple challenges in their post-divorce family lives. *Childhood, 10*, 147-161.
- Gimpel, G. A., & Holland, M. L. (2003). *Emotional and behavioral problems of young children: Effective interventions in the preschool and kindergarten years*. New York: Guilford Press.
- Goodman, R. (1997). The strengths and difficulties questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 38*, 581-586.
- Gordon, I., & Feldman, R. (2008). Synchrony in the triad: A microlevel process model of coparenting and parent-child interactions. *Family Process, 47*, 465-479.
- Gresham, F., & Kern, L. (2004). Internalizing behavior problems in children and adolescents. In Rutherford R. e cols. *Handbook of research in emotional and behavior disorders*. New York: The Guilford Press.
- Hetherington, M., & Kelly, J. (2002). *For better or for worse: Divorce reconsidered*. New York: Norton & Company.
- Klein, V., & Linhares, M. (2007). Temperamento, comportamento e experiência dolorosa na trajetória de desenvolvimento da criança. *Paidéia, 17*, 33-44.
- Kotchik, B., & Forehand, R. (2002). Putting parenting in perspective: A discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of Child and Family Studies, 11*, 255-269.
- Kraut, R., Olson, J., Banaji, M., Bruckman, A., Cohen, J., & Couper, M. (2004). Psychological research online: Report of Board of Scientific Affairs' Advisory Group on the Conduct of Research on the Internet. *American Psychologist, 59*, 105-117.
- Jia, E., & Schoppe-Sullivan, S. (2012). Transactional relations between father involvement and preschoolers socioemotional adjustment. *Journal of Family Psychology, 26*(6), 848-857.
- Lansford, E. (2009). Parental divorce and children's adjustment. *Perspectives on Psychological Science, 4*, 140-152.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2008). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 23*, 562-574.

- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 562-574.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: Diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26, 19-28.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. (2013). Post-divorce coparenting profiles and parents' well-being, parenting, family functioning, and children's psychological adjustment. Submitted.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2009). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15, 205-216.
- Lindsey, E., & Caldera, Y. (2006). Mother-father-child triadic interaction and mother-child dyadic interaction: Gender differences within and between contexts. *Sex Roles*, 55, 511-521.
- Lorenz, F., Wickrama, K., Conger, R., & Elder, G. (2006). The short-term and decade-long effects of divorce on women's midlife health. *Journal of Health and Social Behavior*, 47(2), 111-125.
- Maccoby, E. (2000). Parenting and its effects on children: on Reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51, 1-27.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and Family*, 52, 141-155.
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21.
- McGene, J., & King, V. (2012). Implications of new marriages and children for coparenting in nonresident father families. *Journal of Family Issues*, 33(12), 1619-1641.
- McHale, J. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: the roles of marital distress and child gender. *Development and Psychopathology*, 31, 985-996.
- McHale, J. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process*, 36, 183-201.

- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., Lauretti, A., & Rasmussen, J. (2000). Parental reports of coparenting behavior during the toddler period. *Journal of Family Psychology, 14*, 220-236.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing points of coparenting theory and research. *Journal of Adult Development, 11*, 221-234.
- Paulson, J., Dauber, S., & Leiferman, J. (2011). Parental depression, relationship quality, and nonresident father involvement with their infants. *Journal of Family Issues, 32*(4), 528-549.
- Parke, D. (2004). Development in the family. *Annual Review of Psychology, 13*, 469-482.
- Reiter, S., Hjörleifsson, S., Breidablik, H., & Meland, E. (2013). Impact of divorce and loss of parental contact on health complaints among adolescents. *Journal of Public Health, 35*, 278-285.
- Roskam, I., & Meunier, J. (2009). How do parenting concepts vary within and between the families? *European Journal of Psychology of Education, 24*, 33-37.
- Sanders, M. (2012). Development, evaluation and multinational dissemination of the triple P-positive parenting program. *Annual Review of Clinical Psychology, 8*, 345-379.
- Sandler, I., Wheeler, L., & Sandford, L. (2013). Relations of parenting quality, interparental conflict, and overnights with mental health problems of children in divorcing families with high legal conflict. *Journal of Family Psychology, 27*, 915-920.
- Sbarra, D. A., Law, R. W., & Portley, R. M. (2011). Divorce and death: A meta-analysis and research agenda for clinical, social, and health psychology. *Perspectives on Psychological Science, 6*, 454-474.
- Schoppe, S., Mangelsdorf, S., & Frosch, C. (2001). Coparenting, family process, and family structure: Implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology, 15*, 526-545.
- Stewart, A., Copeland, A., Chesler, N., Malley, J., & Barenbaum, N. (1997). *Separation Together: How Divorce Transforms Families*. New York: Guilford.

- Sturge-Apple, M., Davies, P., & Cummings, E. (2006). Hostility and withdrawal in marital conflict: Effects on parental emotional unavailability and inconsistent discipline. *Journal of Family Psychology*, 20, 227–238.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10, 286-307.
- Van Egeren, L., & Hawkins, D. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11, 165-178.
- Vaughan-Cole, B., Pett, M., Turner, C., & Wanplod, B. (1999). Paths of influence of divorce on preschool children's psychosocial adjustment. *Journal of family Psychology*, 13, 145-164.
- Villas Boas, A. C. V., Dessen, M. A., & Melchiori, L. E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: Uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62, 91-102.
- Waite, L., Luo, Y., & Lewin, A. (2009). Marital happiness and marital stability: Consequences for psychological well-being. *Social Science Research*, 38(1), 201-212.
- Wallerstein, J. D., Kelly, J. M., & Blakeslee, S. (2000). *The unexpected legacy of divorce: A 25 year landmark study*. New York: Hyperion
- Zhang, Z., & Hayward, M. (2006). Gender, the marital life course, and cardiovascular disease in late midlife. *Journal of Marriage and Family*, 68(3), 639-657.